

Sustentabilidade afetiva e resistência: um estudo sobre intervenções artísticas urbanas

Affective sustainability and resistance: a study on urban artistic interventions

Mônica Tablas Martinez de Figueiredo; Sonia Regina Vargas Mansano.

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO:

A cidade é concebida por Guattari (1992) como uma máquina produtora de subjetividades. Presencia-se no contemporâneo, entretanto, uma tentativa de uniformização dos modos de vida em subjetividades formatadas e regida pela lógica do capital, que pode por em risco a própria vida. Esta pesquisa teve por objetivo investigar as práticas que rompem, em alguma medida, com essa lógica. O estudo voltou-se para as intervenções urbanas e o combate do uso do grafite e da pichação na cidade de São Paulo (Brasil) no período em que foi implantado o denominado “Programa Cidade Linda” (2017). Os resultados mostram que as intervenções urbanas geram afetos, críticas, polêmicas e possibilidades de construir uma relação diferenciada com a cidade. Ao final, argumenta-se que a noção de sustentabilidade afetiva na interface com o conceito de resistência ajudam a compreender como ocorre a experimentação de modos de vida voltados para a produção de encontros urbanos potencializadores.

Palavras-chave: sustentabilidade afetiva; resistência; arte.

ABSTRACT:

The city is conceived by Guattari (1992) as a machine that produces subjectivities. However, in the contemporary world there is a uniformity of ways of life in formatted and governed by the logic of capital, which can endanger life itself. This research aimed to investigate practices that break, to some extent, with this logic. The study focused on urban interventions and combating the use of graffiti and graffiti in the city of São Paulo (Brazil) in the period when the so-called “Cidade Linda Program” was implemented (2017). The results show that urban interventions generate affection, criticism, controversy and possibilities to build a differentiated relationship with the city. In the end, it is argued that the notion of affective sustainability in the interface with the concept of resistance helps to understand how the experimentation of ways of life focused on the production of potential urban encounters occurs.

Key-words: affective sustainability; resistance; art.

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66388

Introdução

O capitalismo globalizado, em especial nas últimas décadas, tem facilitado o acesso aos variados territórios em diferentes pontos do globo. Ao mesmo tempo em que essa organização econômica permite o contato entre pessoas, culturas, saberes e modos de vida, o crescimento vertiginoso do espaço urbano e das relações sociais, associado ao funcionamento do mercado, competitivo e despotencializador, tem levado a um processo de degradação social e ambiental intenso (STENGERS, 2015; MARQUES, 2015) e à homogeneização das formas de existência pautadas por modelos hegemônicos.

Foi tomando em consideração esse cenário que essa pesquisa ganhou contornos por meio das seguintes questões: afinal, há no espaço urbano práticas de resistência que rompem, mesmo que não de maneira totalitária, com os pressupostos do capitalismo hegemônico e com seus dispositivos? Há possibilidades de inventar novos modos de agir, sentir e ocupar a cidade? Como resistir aos dispositivos de poder que atravessam a sociedade, abrindo espaços para construir uma sustentabilidade afetiva?

Definiu-se como objetivo deste estudo apresentar e analisar os desdobramentos de algumas intervenções urbanas que promovem a experimentação dos encontros com o outro e com os afetos. O trajeto percorrido envolveu dois momentos. Na parte denominada “O caleidoscópio da cidade e seus múltiplos desenhos”, parte-se de estudos sobre a organização do espaço urbano como um caleidoscópio complexo e multifacetado, que participa incessantemente na produção de subjetividades e dos modos de existir. Procede-se, então, uma aproximação entre a noção de sustentabilidade afetiva, definida como a potência de acolher e sustentar afetos distintos (MANSANO; CARVALHO, 2016), e o conceito de resistência, compreendido no sentido de criação de modos de existir (FOUCAULT, 1979), aproximando-os do contexto relacional urbano. Em seguida, na parte chamada “Delineando as intervenções urbanas no Programa São Paulo Cidade Linda”, toma-se como cenário a cidade de São Paulo (Brasil), apresentando e analisando como as intervenções urbanas artísticas podem produzir conexões afetivas, tomando a cidade como espaço comum, crítico e compartilhado. Ao final dessa trajetória, elucida-se como a aproximação dos conceitos de sustentabilidade afetiva e resistência pode ser utilizada para dar visibilidade à potência de acolher e sustentar afetos distintos, emanados da experimentação dos encontros com o outro que acontecem no contexto urbano e que, em alguma medida, resistem às capturas do capitalismo contemporâneo.

O caleidoscópio da cidade e seus múltiplos desenhos

A cidade não compreende apenas o espaço físico ocupado, construído e organizado em territórios compostos por aglomerados de pessoas. A cidade é, principalmente, produtora de subjetividades, podendo ser considerada, conforme descreve Guattari (1992), como cidade subjetiva. A cidade apresenta-se, então, como um caleidoscópio mutante que exhibe variados desenhos, combinações e arranjos entre os componentes subjetivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que nela circulam. As imagens do caleidoscópio urbano se alteram porque a cidade está em constante movimento e carrega em si uma diversidade de agentes, sentidos, funções e configurações complexas e plurais, como também associações subjetivas singulares, colocando em circulação sensações, afetos e intensidades díspares.

A cidade, assim, abarca uma multiplicidade de componentes de subjetivação que colocam a produção do sujeito em uma perspectiva de movimento. Tal movimento se compõe e decompõe nas existências à medida que encontros são experimentados e atualizados no cotidiano. Os múltiplos componentes de subjetivação são, desse modo, assimilados e experimentados em um registro singular, a partir dos afetos disparados nos encontros com o outro, com os acontecimentos e com a natureza. Como em uma espécie de máquina social produtiva, eles são postos em circulação para serem sentidos, provados, alterados, abandonados e recompostos. Dessa maneira, a produção de subjetividades, “da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (MANSANO, 2009: 111) e mutante. O caleidoscópio urbano possibilita a criação e reinvenção de diversas imagens.

Os estudos de Deleuze (2001) e Guattari (1992; 1996) afirmam esse sujeito inacabado, em movimento, fabricado na e pelas experimentações com o outro e com o mundo que o cerca. No tocante à subjetividade, ela não é reduzida ao sujeito: este é um efeito das forças do mundo e o ultrapassa, podendo se reinventar, como as imagens do caleidoscópio. A subjetividade, assim, sofre transformações pelas múltiplas forças sociais, técnicas e naturais que circulam fora do sujeito no caleidoscópio urbano.

Entretanto, a cidade contemporânea atrelada intrinsecamente ao capitalismo, está exposta a diferentes tentativas de captura, controle, ordenação e codificação, que se desdobram em processos de aprisionamento das formas de existência e dos fluxos do desejo em subjetividades serializadas, massificadas e parcialmente mantidas sob controle

(GUATTARI; ROLNIK, 1996). Com isso, a cidade vai sendo transformada e conformada à promoção de modos de vida pautados no capital, subordinando as necessidades vitais às leis de acumulação capitalista. O consumo é estimulado por meio das campanhas publicitárias midiáticas, estabelece-se, assim, um padrão comum a todos de felicidade, uma idealização pautada pela imagem de uma realização ilimitada por meio do consumo (MANSANO; LIMA, 2017). Tal processo (idealização-consumo-produção) se intensifica com a globalização e o funcionamento do capitalismo neoliberal.

Nesse caleidoscópio mutante, a cidade afeta os corpos, podendo tanto culminar na conformação em valores naturalizados e ditados pelo capital pela reprodução do que já está em circulação nas instâncias materiais e imateriais quanto promover modos de existência singulares que, ao se expressarem, rompem com o que está instituído. Este caleidoscópio dinâmico, produtor de subjetividades, provoca efeitos no processo ininterrupto de constituição dos sujeitos e de seus modos de vida, estando, dessa maneira, a gestão da cidade inexoravelmente entrelaçada à gestão das formas de vida na urbe. Como expõe Foucault (2008), entre os séculos XVII a XIX, a cidade se torna objeto dos mecanismos centrais de poder por meio da governamentalidade da vida. Ela envolve “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008: 143).

A governamentalidade, como um conjunto de mecanismos de poder voltado para o governo dos homens e das coisas, tem como foco a população, com seus elementos de existência e com seus processos próprios. Deste modo, a governamentalidade implica técnicas de governo para gerenciar, regular e controlar a população, contando, para sua viabilização, com o saber da economia política. Trata-se de um saber indispensável para exercer o poder, uma análise governamental minuciosa sobre a relação entre os sujeitos, articulando-os com os processos de produção, circulação e consumo. O governo, por meio dos dispositivos de segurança, assegura a liberdade dos processos econômicos, reprimindo possíveis desordens e desvios na circulação e no funcionamento da economia. A cidade passa, então, a ser alvo de dispositivos cada vez mais sofisticados de governamentalidade. Por ela, a vida urbana passa a ser controlada, ordenada e vigiada, assim como os territórios existenciais, conformando certas formas de existência legitimadas e reconhecidas, enquanto outras são invisíveis ou se tornam alvos de afastamento e, em uma vertente mais violenta, de eliminação. Nesse sentido, o

caleidoscópio urbano materializa formas instituídas que tendem a se repetir, como se houvesse partes trincadas no seu tubo de vidro que emitissem sempre o mesmo efeito visual, impedindo novas combinações e desenhos de serem composto.

Observamos pelo caleidoscópio que a cidade contemporânea disponibiliza cada vez menos espaço para os encontros fortuitos e desvinculados dos sistemas de produção. O território urbano é recortado e ocupado de forma desigual, com fronteiras invisíveis entre os grupos distintos, atravancando a circulação e o encontro. No tocante às cidades brasileiras, pode-se dizer que estão fragmentadas pelo processo de segregação socioespacial, cada vez mais extremo e explícito (GOES; SPOSITO, 2014). Diante de tal configuração, parte da população brasileira vive em luta pela sobrevivência diária, não só por sua condição econômica, mas também pela exclusão operada nas esferas cultural, social, política e espacial. O caleidoscópio vai deixando entrever imagens degradantes de um urbano excludente e mortífero.

Adotando um discurso de segurança e controle, parte da população avalia o outro como inimigo. Os supostos inimigos são vistos como aqueles que ameaçam a sociedade do consumo, uma vez que evidenciam a diferença de valores, classe socioeconômica, sexualidade, enfim, evidenciam que há diferenças nas formas de sentir e existir. Como tal, esses inimigos eleitos passam a ser alvos de eliminação física ou simbólica, constituindo-se como alvo de uma necropolítica, entendida como “as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016: 146). Para o autor, a noção de necropolítica serve para “explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016: 146).

A necropolítica já conta com tecnologias de destruição em massa, utilizadas contra os indivíduos que “sobram” nesse cálculo mercadológico da organização urbana capitalista. Um contingente significativo da população que não é mais rentável, sendo dispensável como força de trabalho, é expulso para o mercado informal e precário, para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente é aniquilado por meio das forças policiais, oficiais ou não (HILÁRIO, 2016). Os que não se inserem na cultura do consumo, além de serem excluídos e de não poderem exercer seus direitos básicos de cidadãos, também perdem seu direito à

própria vida. Pelbart (2018) expõe que a necropolítica, esta política de morte, que remonta à colônia, extrapola a dimensão racial, como se esboça em Mbembe. Ele afirma:

a negritude, por exemplo, não é apenas uma condição subalterna reservada aos negros, já que é o lote de sofrimento que pouco a pouco se estende para além dos negros. É o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podemos acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos, etc. Que a política seja declinada como necropolítica, como política de extermínio, diz algo da sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo (PELBART, 2018: 15-16).

Uma matriz histórica de exclusão, exploração e morte se reatualiza no contemporâneo com nova face: o extermínio se estende para formas de vida que desviam da cultura do consumo, dos padrões normalizados de renda, gênero e sexualidade, para ficar em apenas alguns exemplos. As diferenciações das formas de vida tendem a ser sufocadas, inibidas, subjugadas ou mortas. “Na verdade, o conflito que vemos é sobre formas de vida. Para alguns, uma forma de vida baseada na igualdade radical, na visibilidade integral das singularidades e da plasticidade das formas sociais é um insulto” (SAFATLE, 2018: 10-11).

A necropolítica no Brasil se manifesta em duas configurações: uma para aqueles que participam da cultura do consumo e outra para os que não participam. Aqueles que não participam da cultura do consumo acabam sendo segregados e isolados em espaços distantes, sem infraestrutura mínima, muitas vezes, sem saneamento de esgoto e água tratada, com serviços de saúde e educação precários, seja pela falta de profissionais, de recursos ou por omissão do Estado. Eles tornam-se alvo recorrente de violência ou extermínio, dadas as condições escassas de manutenção e expansão da vida. Também aqueles que participam da cultura de consumo, uma vez que possuem o aparato financeiro para isso, não estão isentos da violência gerada por essa maneira de organizar a sociedade. Nesse caso, a existência também pode estar aprisionada em estratégias de segurança diante da divulgação sistemática dos índices de violência e risco urbanos, evitando o encontro e o contato com a diferença. Ao serem capturados pelo capital, estão enredados por uma busca constante por aprimoramento e acúmulo, reféns da lógica do empreendedorismo pessoal e absortos em uma competitividade brutal, já naturalizada.

Fica evidente que diante das exigências de produtividade em vigor, pouco espaço, tempo e desejo são dedicados ao corpo, aos afetos e aos encontros. Guattari (1993: 188) cita que “é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor”, impondo um certo modelo de investimento do desejo a ser incorporado por todos. Este indivíduo investe desejantemente não só seu tempo produtivo, mas é instado a conter e inibir o contato com os outros corpos que não lhes tragam algum tipo de vantagem. O corpo fica,

cada vez mais, dessensibilizado com a velocidade dos encontros ou a fuga deles, vai perdendo a possibilidade de tecer uma relação mais intensiva e afetiva com o espaço, consigo mesmo e com os outros.

A noção de afeto aqui utilizada tem como base os estudos de Deleuze sobre Espinosa (2009). Espinosa entende como afeto “as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada” (ESPINOSA, 1979: 178). O afeto, deste modo, refere-se a esta variação da potência de agir gerada nos encontros, a partir do contato com outros corpos. A cada encontro, advém uma afecção no corpo, que é “um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre um outro” (DELEUZE, 2009: 30). Esse efeito tem como condição de possibilidade a mistura de corpos, que pode favorecer o aumento da sua capacidade de agir. Afetar implica uma potência para estar na presença viva do outro corpo, acolhendo a diferença que ambos encarnam. São sensações e percepções vividas para além dos órgãos dos sentidos e que envolvem uma dimensão intensiva da experiência. Para ter acesso a essa experimentação, os encontros são imprescindíveis. Em certo sentido, porém, a diversidade de afetos experimentados nos múltiplos encontros na cidade tende a ser evitada ou adiada nos dias atuais (MANSANO; CARVALHO, 2016), desqualificando e enfraquecendo a existência compartilhada no espaço urbano.

Desse modo, Rolnik (2018) alerta para o fato de que o nosso corpo tem estado em larga medida anestesiado e defendido no tempo presente, pois se assusta com as diferenças que emergem ocasionalmente no encontro. Há uma tentativa de bloqueio dos afetos e anulação das sensações do corpo, empreendendo uma busca pela conservação da forma de existência já estabelecida a qualquer custo. Além disso, Mansano e Carvalho (2016) mostram que o corpo tende a ficar exaurido pela exploração dos afetos nas relações de trabalho, bem como pelos encontros prescritos e agendados do cotidiano. O trabalho afetivo continuado e formatado, que não possibilita a vivência e a expressão de afetos díspares, acaba se inscrevendo em um ideal que reproduz “o liame felicidade-consumo-idealização, disseminando uma maneira muito específica de experimentar as relações sociais e afetivas” (MANSANO; LIMA, 2017: 87). Nesse cenário, o acesso à disparidade de afetos é interdito. Gradualmente, o sujeito é despotencializado pelos afetos tristes que se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das cidades, como observamos ao analisarmos o caleidoscópio. Deleuze adverte que “inspirar as paixões tristes é necessário ao exercício do poder” (DELEUZE, 2009: 28). Safatle (2015), nessa mesma direção, expõe que a política é um problema de circuito dos afetos, colocando em circulação afetos como, por exemplo, o medo e

o ódio, que são articulados nas formas de governar. Assim, suscitar afetos tristes torna os corpos impotentes e mais facilmente governáveis, dado que sua potência de ação fica minorada ou imobilizada.

É nesse sentido que o conceito de resistência comparece neste estudo. Compreende-se a resistência como um conjunto de práticas que circulam por toda a rede de poder, possibilitando inaugurar novas correlações de força no campo social e a criação de formas alternativas de existência e sociabilidade. A resistência é abordada por Foucault (1988: 91) como “o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível”. Assim, não há poder que se exerça sozinho, sem interação; o autor descreve que “lá onde há poder, há resistência” (1988: 90). A resistência se apresenta tão móvel e transitória quanto o poder, percorrendo todo o campo social. Como afirma Foucault (1988: 91), “estamos necessariamente ‘no’ poder”, não há como ficar fora de seus dispositivos, somos atravessados por eles.

Tanto o poder quanto a resistência circulam nas relações sociais e são engendrados pelos sujeitos. Ao ser configurada uma relação de poder, há correlações de forças que implicam também as práticas de resistências. A resistência “não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e é absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 1979: 136), atualizando-se a cada nova relação e revelando-se como possibilidade para alterar os valores e práticas instituídos no espaço urbano. Se não houvesse resistência aos dispositivos de poder, estaríamos fadados a um imobilismo relutante na história. Pode-se acrescentar que essa situação é improvável, uma vez que significaria desconhecer e refutar o movimento e transformação inerentes à própria vida. Nesse sentido, a resistência não é apenas a recusa da normatização e da homogeneização da vida. Ela implica também a invenção de práticas no espaço urbano que se desdobram na criação e expressão de afetos. Isso enseja uma ampliação da potência expansiva da vida, o que pode ser compreendido por meio da noção de sustentabilidade afetiva. A sustentabilidade afetiva refere-se à potência para acolher, sustentar e elaborar afetos díspares. As experimentações urbanas podem se configurar como resistências que aumentam tal potência afetiva, bem como a força de existir dos sujeitos, ao promover encontros e tecer relações de composição com o mundo.

Como aliada da resistência, a sustentabilidade afetiva coloca em cena uma prática política e ética, ao dar passagem aos afetos que podem favorecer a potência de agir no espaço urbano. A resistência irrompe como algo que, por vezes, escapa ao poder, foge dos aparatos de controle e ganha expressão. Quando mencionamos a possibilidade de escapar ao poder,

reconhecemos que ela acontece nas relações cotidianas em que há enfrentamentos e mesmo recusa de assumir formas de vida formatadas na obediência e no controle, tal qual veremos, adiante, com o estudo das intervenções urbanas. Assim, é somente a partir da composição inédita das forças que circulam e fazem mover o caleidoscópio urbano que se inventam novas subjetividades e novos modos de se conectar com a vida.

Como expoente da resistência urbana, as intervenções artísticas urbanas movimentam o caleidoscópio das cidades. Elas não passam despercebidas, estabelecendo um corte, uma descontinuidade na paisagem urbana. As estratégias utilizadas são diversas e vão desde trabalhos simples, com adesivos e colagem, até grandes projetos, com estruturas, instalações e performances artísticas (SILVA CARDOSO; SILVA; SOUZA BARBOSA; RAMOS, 2013). De todo modo, duas das expressões mais conhecidas de intervenção urbana e que estão espalhadas pela cidade são o grafite e a pichação (FURTADO; ZANELLA, 2009), as quais ocupam espaços públicos e privados na urbe, têm suas nuances e são utilizadas, tratadas e valoradas de forma diferente a cada época. Sua execução abrange desde aqueles que dela participam pelo vandalismo anárquico até aqueles que se envolvem com a arte urbana politicamente comprometida (PROSSER, 2006). O grafite e a pichação revelam o caráter insurgente próprio de uma intervenção urbana: escapam ao controle e à previsibilidade, ganhando uma caracterização marginal e subversiva que inova nas composições visuais e expressivas, reverberando, em alguma medida, uma crítica social e política. Daí seu potencial de resistência e questionamento.

O termo grafite, tal como utilizado nos Estados Unidos e na Europa, refere-se “comumente, a toda escrita urbana, aos rabiscos nos metrô, banheiros, nomes de gangs, tags que são assinaturas em spray dos writers ou escritores de rua, imagens elaboradas e, em alguns casos, à arte de rua ou muralismo” (FURTADO; ZANELLA, 2009: 1283). Não há uma tradução para o termo pichação fora do Brasil, pois não é feito qualquer tipo de distinção entre os estilos de grafite. Etimologicamente, a palavra “graffiti quer dizer escritos. Sob este aspecto, e é o que mesmo os escritores de graffiti afirmam, picho e graffiti são a mesma coisa” (PROSSER, 2006).

No Brasil, além de uma distinção formal entre grafite e pichação, estabelecendo as diferenças quanto a seus traços, técnicas e estilos, observa-se também uma tendência à polarização: o grafite é traduzido como uma obra mais elaborada e complexa, enquanto a pichação aparece associada à transgressão, poluição visual, sujeira e depredação. No entanto, para Prosser (2006), a pichação envolve não somente “o rabisco, a garatuja, a escrita rápida

não autorizada, que suja, transgride, polui, marca a posse, deliberadamente perturba a ordem estabelecida. Envolve, também, o posicionamento social e político dos seus autores e a sua expressão de protesto perante a sociedade capitalista e o seu modo de vida consumista. Mesmo o ato de rabiscar, sujar ou marcar não é gratuito, mas carregado de significados” (PROSSER, 2006).

Ambas as práticas, historicamente, emergiram no Brasil como forma de contestação e foram consideradas ilegais até 2011, pela Lei federal nº 9605/98, cujo artigo 65 previa pena de 3 meses e multa, sendo consideradas como crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Depois, esse artigo foi revogado pela Lei 12.408, em 2011, que manteve a pichação como crime, enquanto o grafite ganhou outro estatuto, sendo considerado em seu objetivo de

valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional (LEI 12.408/11).

Assim, o grafite deixou de ser considerado crime e passou a ser compreendido como manifestação artística, com uma condicional legal: é arte quando é identificado com uma produção que valoriza o espaço e quando o grafite é autorizado. Entretanto, ao qualificar qualquer tipo de pichação como crime, há um julgamento valorativo sobre essa prática, abrindo espaço para avaliação de que a pichação não é intervenção artística urbana, mas transgressão, vandalismo e contravenção e, por isso, passível de sanção e pena (LEI 12.408/11).

O mercado absorveu o grafite como produto, abrindo espaço nas galerias de arte para os murais de arte urbana (ARCHER, 2001). Cooptado pelo capital, seu potencial de resistência, de transgressão à norma e de força contrária à produção do espaço público como vitrine de mercado enfraquece. O grafite passou a ser mais aceito e a ganhar popularidade por meio da mídia, pela abertura e assimilação por instituições legitimadoras da arte, pela mercantilização e pelas mudanças nas leis.

As práticas de resistência, incluindo as intervenções artísticas urbanas, estão pulverizadas no campo social, mas seus efeitos, muitas vezes, são silenciosos e invisíveis, operando pequenas mudanças nos corpos e práticas cotidianas. A aproximação entre os conceitos de sustentabilidade afetiva e resistência buscou chamar a atenção para a potência das experimentações afetivas na criação de novos modos de vida. O conceito de resistência

deixa entrever, portanto, o quanto a vida é inventiva, móvel e produtiva, podendo suscitar práticas plurais quando sustenta a experimentação de afetos díspares. Nesse sentido, Foucault (1988: 91) afirma a presença de “resistências, no plural, que são casos únicos”. Como esses casos se manifestam? Como se disseminam e produzem efeitos/afetos no social urbano em face da governamentalidade da vida? É nesta perspectiva que apresentaremos, em seguida, a parte empírica desta pesquisa, que abordou um conjunto de intervenções artísticas urbanas. Estas, ao congregarem práticas de resistência e promoverem encontros, geram ressonâncias e desdobramentos na cidade e na produção de uma sustentabilidade afetiva.

Algumas considerações sobre a trajetória metodológica

As intervenções urbanas surgiram no contexto da arte contemporânea, no século XX, envoltas pela liberdade artística e pluralidade de sua época, no lugar de delimitações rígidas, categóricas e instituídas sobre o que é, qual o público para o qual se dirige e quais os lugares apropriados para a arte. As intervenções urbanas começam a surgir como parte de um movimento de resistência às proibições fixadas pela ditadura militar. Emergindo com a ocupação das ruas, a intervenção artística urbana foi utilizada como instrumento crítico de contestação e transformação (JORNAL FUTURA, 2014) política e social, servindo para intervir na urbe e no cotidiano. A expressão *intervenção urbana* passou a ser usada, mais frequentemente, somente a partir da década de 1990, para caracterizar os trabalhos de arte que ocorriam no contexto público (MORAES, 2014). Tais trabalhos protagonizavam novas práticas e produções artísticas, diferentes daqueles institucionalizados ou legitimados hegemonicamente.

Santana (2009: 225) afirma que, por meio das intervenções urbanas, pode-se promover “novas funções e sentidos... a partir dos cruzamentos de novas figurações plásticas com outras linguagens, cujos trabalhos passam a refletir discussões históricas e simbólicas. Além do deslocamento dos suportes, estabelecem um novo olhar entre arte e o entorno da cidade”. A arte produz, assim, novas maneiras de perceber a cidade: percepções e sensibilidades que desviam do olhar padronizado. Deste modo, a intervenção urbana “interfere numa dada situação para promover alguma transformação ou reação, no plano físico, intelectual ou sensorial” (SODRÉ; WEBER, 2017: 68). Podemos ainda acrescentar que ela atua nos planos político e afetivo, podendo fomentar o acesso a diferentes sensibilidades. Daí sua importância para a vida urbana, uma vez que as intervenções “invadem sistemas codificados por normas estabelecidas para colocá-los em pane, para questioná-los em suas entranhas, pô-los em curto-

circuito, ainda que por instantes” (COCCHIARALE, 2002:71), produzindo e colocando em circulação novos componentes de subjetivação.

A cidade escolhida para evidenciar essa produção urbana e sua interface com as práticas de sustentabilidade afetiva e resistência foi São Paulo (Brasil), mundialmente conhecida por seus grafites e pichações. As imagens foram coletadas em documentos de domínio público, como sites de revistas e jornais, que tematizaram, no ano de 2017, as polêmicas geradas entre a administração pública de um lado e os grafiteiros e pichadores de outro. No total, foram visitados 54 sites, dos quais foram extraídas as situações que serão apresentadas e analisadas na sequência. As imagens e reportagens foram selecionadas tendo como critério as repercussões nacionais e internacionais trazidas pelas ações da administração pública da cidade junto aos responsáveis pelas intervenções urbanas. Os dados foram analisados com base nos aportes teóricos da Psicologia Social e da Filosofia da Diferença.

Delineando as intervenções urbanas no programa São Paulo Cidade Linda

Em 2017, o recém-eleito prefeito da cidade de São Paulo instituiu o chamado “Programa São Paulo Cidade Linda”, apresentado como um plano de ações para limpeza, manutenção e revitalização urbana. Notícia veiculada pelo site oficial da referida Prefeitura (2017) anunciava que este Programa contemplava “serviços de manutenção de logradouros, conservação de galerias e pavimentos, retirada de faixas e cartazes, limpeza de monumentos, recuperação de praças e canteiros, poda de árvores, manutenção de iluminação pública, reparo de sinalização de trânsito, limpeza de pichações (sic), troca de lixeiras, e reparo de calçadas” (SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO, 2017).

Nota-se aqui uma clara associação da pichação à sujeira, dano e depredação, o que justificava sua remoção e a repressão a seus agentes. Além disso, o prefeito solicita expressamente a adesão à iniciativa: “queremos convocar gradualmente a população a também colaborar com o programa” (SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO, 2017). Com isso, a referida gestão estimulava a população a se tornar partícipe das ideias veiculadas pelo programa e a colaborar com a supressão das manifestações urbanas avaliadas por ele e sua equipe como desordem e vandalismo. Uma analogia entre cidade linda e cidade limpa imediatamente se estabeleceu. Mas, quais inscrições urbanas seriam limpas? Quais componentes de subjetivação e sensibilidades seriam combatidos? Qual a estratégia utilizada?

A Avenida 23 de Maio era considerada um dos maiores murais de grafite e pichação a céu aberto da América Latina, com quase cinco quilômetros e meio de extensão (G1.

GLOBO, 2017). Como parte de uma ação integrada ao Programa Cidade Linda, ordenou-se que funcionários apagassem com tinta cinza vários dos trechos em que havia grafites e pichações. Diversos jornais e revistas digitais, nacionais e internacionais, fizeram a cobertura dessa ação da Prefeitura, que alegou como justificativa que as obras estavam danificadas ou teriam sofrido pichações (O GLOBO, 2017). A seleção ficou a cargo da Secretaria Municipal de Cultura que, de forma arbitrária, determinou que não havia espaço para outros estilos de manifestações urbanas a não ser que fossem aprovadas pelas instâncias governamentais (ABRIL, 2017). As diferentes intervenções urbanas foram suprimidas uma a uma, destruindo quase por completo o museu a céu aberto da Avenida 23 de Maio.

O apagado com a remoção das intervenções urbanas não foi apenas o colorido das paredes: foram eliminadas expressões artísticas e culturais, percepções, sensações e afetos que poderiam ser disparados no encontro com as obras. Nos murais, as diferentes expressões artísticas possibilitavam experimentações afetivas. Banidas por intervenção governamental, as intervenções urbanas deixam de afetar a população que vive no espaço urbano.

Entre as opiniões distintas emitidas pela população nos meios de comunicação sobre as ações do Programa Cidade Linda, o grafite é aceito como expressão artística, enquanto a pichação é rapidamente associada à depredação do espaço público e vandalismo. Tal opinião foi compartilhada pela maior parte da população de São Paulo após a midiaticização do Programa Cidade Linda. Foi ao menos o que mostrou uma pesquisa realizada pela agência Datafolha (2017). Não há, porém, delimitação rígida nessas produções: o grafite não exclui a pichação, podendo, muitas vezes, até se misturar em inventivas criações, como foi o caso da Avenida 23 de Maio, em que parte das misturas entre o grafite e a pichação eram propostas do próprio projeto (VEJA, 2017).

O contato da população urbana com a pichação e o grafite provoca afetos distintos, porque eles diferem da arte convencional, podem incomodar, causar estranhamento e incompreensão, visto assumirem formas de contestação, de protesto e recusa à norma e aos modos de vida instituídos. Em alguma medida, produzem interferências nas maneiras de ver, ocupar e viver a cidade. Esse aspecto foi levantado pelo artista Mauro Neri da Silva por meio de sua intervenção urbana denominada “Deixa ver a cidade”. O artista foi preso e seu ato enquadrado como crime de pichação por lavar o muro, remover a tinta cinza aplicada pela Prefeitura sobre o seu grafite e começar a revitalização da obra. Na ocasião, ele argumentou: “No muro, liam-se as palavras ‘Deixa Ver’ e, alguns metros adiante, ‘Ver a Cidade’. Meus grafites falam sobre essa questão do que autorizam, do que legitimam, do que deixam que seja

visto na cidade. O que a gente pode ver? O que é interessante que a gente veja?” (KIST; TANJI, 2017).

Com a repercussão negativa advinda com as ações do Programa Cidade Linda, foi divulgada pela Prefeitura a criação de um ‘grafitódromo’ e um Museu de Arte de Rua (MAR). Tal iniciativa limitava o local autorizado ao grafite. O edital de seleção dos artistas colocou como exigência o fato de que a obra não apresentasse qualquer manifestação de cunho político, religioso ou discriminatório (GONÇALVES, 2017). A pretensão de governar as expressões urbanas torna clara sua estratégia de controle: suprimir o caráter político dessas intervenções, bem como seu conteúdo transgressor, questionador e transformador. Delimitar espaços e selecionar imagens deixa entrever a importância governamental na atribuição às ações de vigiar, controlar e reprimir as intervenções urbanas, tentando manter a população distante da crítica e da sensibilidade.

Outra ação de vigilância e controle sobre as produções urbanas veio da Secretaria Estadual da Segurança Pública, que delegou ao Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), grupo da polícia civil especializado nas investigações contra o crime organizado, a responsabilidade por identificar pichadores de rua (COSTA, 2017). Os dispositivos de segurança têm “essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule” (FOUCAULT, 2008: 61). Como resultado dessa operação, 126 pichadores foram presos em cinco meses de funcionamento, sendo que o número equivale ao dobro de detenções efetuadas em todo o ano de 2016.

Buscando envolver parte da população no combate à ação dos pichadores, identificados como criminosos, foi criado o projeto Guardiões da Cidade. Tratava-se de um acordo com o sindicato dos taxistas, em que esses profissionais eram chamados a colaborar com a fiscalização e denúncia. Além disso, foi assumida pela gestão da cidade uma postura combativa, por meio da qual foi solicitado à população filmar, fotografar e denunciar pichadores (COSTA, 2017) e não somente eles, como pode ser constatado na seguinte declaração do governante: “Essa situação que grafiteiro acha que pode grafitar o que quiser também não. Acabou” (SANTIAGO, 2017).

Diante da ineficiência da cobertura da Avenida 23 de Maio por tinta cinza, desgastada pelo tempo (FÓRUM, 2017), e para eliminar os grafites e pichações realizados após o Programa, que claramente questionavam suas ações, a Prefeitura colocou em ação outro projeto, que envolveu “a plantação de trepadeiras e outros arbustos em 6.600 metros

quadrados de muros e 2.200 metros de canteiros laterais na 23 de Maio” (FLAMINGO; QUINTELLA, 2017). Novamente, encontramos aqui uma estratégia política para impedir e constranger as intervenções urbanas. Estabeleceu-se, assim, uma oposição diametral entre grafite e pichação, criando um inimigo comum: a pichação e seus agentes. Eles passam, porém, a ser combatidos em conjunto e com o apoio de parte da população, que vê essas intervenções urbanas como atos criminosos. Orquestrou-se, assim, um processo de vigilância, penalização, controle e moralização de condutas, cada vez mais severo.

A Prefeitura de São Paulo divulgou que foram realizadas pinturas em 13.357 metros de pichações com o Programa Cidade Linda (PINHO, 2017). Tal atitude pode ser observada na Figura 1: ela mostra que o conteúdo apagado na Avenida 23 de Maio referia-se à crise da água vivida na cidade naquele momento e exemplifica o que precisa ser eliminado para não gerar um olhar crítico na população.

Figura 1. Grafite apagado na rua 23 de maio sobre a crise de água



Fonte: Jornal G1. Globo, “Grafiteiros desenharam a crise em SP: 'troco iPhone 6 por dois litros de água’”, de Paulo Toledo Piza, 2015.

Atravessar uma crise de falta de água em uma cidade do porte de São Paulo gera uma série de inconvenientes e desaprovações governamentais. As intervenções urbanas podem criar formas de resistir ao que está instituído, pois dão visibilidade aos problemas urbanos que atingem o cotidiano da população. Assim, uma parte delas evidencia como a cidade se tornou

palco dos interesses de mercado e a existência se transformou em mera mercadoria associada aos processos econômicos. Os efeitos nefastos de tal situação se materializam na cidade e se tornam tema das intervenções urbanas. Suas imagens e conteúdos podem despertar e sensibilizar o corpo anestesiado, provocando sensações e afetos que cooperam para efetivar uma crítica ao que está posto como condição de vida social, econômica e afetiva.

É o que pode ser visto na Figura 2, sobre a escassez de água em São Paulo. Ela deixa evidente a dimensão crítica da intervenção urbana ao dar evidência às palavras lucro, mercado, mentiras, negligência e corrupção. “Ela está escorrendo líquido preto que está sugando o personagem”, disse o grafiteiro em nota. “Estamos sem água porque estamos afogados nisso” (G1.GLOBO, 2017).

Figura 2. Obra do grafiteiro Iskor



Fonte: Dionísio Arte, “Os personagens de Iskor”, 2016.

O aprisionamento da vida efetuado pelos valores do mercado neoliberal e pelo culto ao lucro provocam danos tanto no campo social e ambiental como na subjetividade. A modelização das subjetividades em subjetividades consumidoras e passivas compromete a vida e a expansão da própria existência - questão que é, de alguma forma, abordada nessa intervenção urbana.

A subjetividade como produção implica relações plurais entre diferentes sujeitos e modos de vida que, em contato, aliança e enfrentamento, transformam a si e ao outro, provocando mudanças na configuração relacional urbana. Tal movimento chama a atenção daqueles que têm por função governar o espaço urbano. A reação governamental de rígido

combate às intervenções artísticas urbanas deixa evidentes suas dimensões políticas e afetivas. O encontro com as obras pode suscitar afetos díspares e variar a potência de agir dos sujeitos urbanos, sendo, por isso, alvo de controle, ordenamento, combate e judicialização. As inscrições nos muros dão visibilidade aos problemas enfrentados pela população e à dimensão problemática das gestões. Tais produções provocam desconforto, atrapalhando a mera reprodução de subjetividades hegemônicas e supostamente passíveis de controle. Na complexidade do espaço urbano e sua interface com a produção de subjetividades, o que se nota, portanto, não é uma guerra contra o grafite e a pichação, mas o combate à diversidade de formas de existir, viver e experienciar a cidade. Estamos diante de estratégias que incidem sobre a produção de subjetividades, pretendendo esmagar a expressão da resistência por meio de uma tripla operação: midiática, judiciária e policial (ROLNIK, 2016). O esforço por silenciar e aniquilar expressões urbanas, entretanto, também é confrontado por iniciativas que resistem ao governo e sujeição da vida.

Diante do que foi exposto, o caleidoscópio urbano poderia dar ares de que está danificado. Mas, não. De fato, ele exhibe uma cidade insustentável e a vida, em suas expressões, em perigo. É nesse sentido que consideramos o quanto os modos de vida praticados no espaço urbano têm se tornando insustentáveis. Essa insustentabilidade está permeada pela proliferação e naturalização de dispositivos de controle e higienização visual, cujo efeito mais devastador é a criminalização da crítica e da denúncia dos governantes. A intervenção urbana aparece como um meio de sabotar a vigilância e o controle por sua mobilidade, pluralidade e seu caráter efêmero. A cidade fluida, mutante e em movimento resiste, compondo novas correlações de forças e sustentando outras maneiras de viver e sentir o urbano

Considerações finais

Nas intervenções urbanas analisadas foi possível perceber que as produções inventivas podem implicar uma recusa do modo de subjetivação dominante. Como elas não precisam estar atreladas aos interesses de mercado, aos valores econômicos ou à norma estabelecida, em alguma medida podem exercer uma crítica e contestação necessárias para enfrentar o processo de capitalização e controle da vida urbana. As intervenções urbanas, com isso, convocam o transeunte a questionar o que está instituído, mas é mantido longe dos holofotes da cidade. Além disso, ela se coloca lado a lado com os anúncios publicitários, propagandas e

marketings que disseminam modos de vida a serem reproduzidos e consumidos, sem lugar para a crítica ou para a expressão das necessárias lutas para existir.

À medida que as intervenções urbanas são severamente combatidas por dispositivos governamentais, é notável que elas cumpram um papel político de denúncia capaz de gerar uma guerra contra os pichadores e os grafiteiros, com a clara intenção de silenciar e eliminar essas intervenções e seus efeitos e/ou afetos. Nesse sentido, consideramos que algumas intervenções urbanas tornam-se práticas de resistência ao assujeitamento, ao colocar em circulação e sustentar outras linguagens, afetos e sensibilidade.

Ao final desta investigação, é possível dizer que as questões emergentes no espaço urbano e suas possibilidades de resistência abrem um vasto campo para pesquisas em Psicologia Social. A Psicologia pode fazer avançar seus estudos conjugando-se com outros saberes do cotidiano, como os advindos das intervenções urbanas. Nesse sentido, entendemos que as intervenções urbanas possam se constituir como uma possível ferramenta para a Psicologia Social para intervir junto à população urbana, valendo-se delas para promover trocas, experimentações afetivas e sensibilidades outras. Assim, acompanhamos as ideias de Rolnik, que considera o quanto “é preciso resistir no próprio campo da política de produção da subjetividade e do desejo dominante no regime em sua versão contemporânea” (ROLNIK, 2018: 36).

A noção de sustentabilidade afetiva articulada com o conceito de resistência compareceu neste estudo na intenção de resgatar a importância dos contatos, sejam eles com a natureza, os sujeitos, as produções artísticas ou qualquer outro corpo que potencialize os modos de viver em comum. Ao acolher, experimentar e sustentar encontros e afetos, forjam-se existências outras capazes de resistir aos mecanismos de governamentalidade que recaem sobre a vida urbana. Sair da (in)existência e caminhar na direção da resistência implica a promoção de encontros potencializadores no espaço urbano, que sustentem a força de agir a partir do contato.

Referências

- ABRIL, Ana. O prefeito quer ser curador. *Select/Terra Notícias*. 2017. www.select.art.br/o-prefeito-quer-ser-curador, acessado em 10 de março de 2019.
- ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. Tradução Alexandre Krug; Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COCCHIARALE, Fernando. A (outra) arte contemporânea brasileira: intervenções urbanas micropolíticas. *Rizoma. net-Artefato*: 12-19, 2002.

- COSTA JÚNIOR, Hely Geraldo. Da transgressão ao controle: uma análise dos grafites do muro do Jockey Club do Rio de Janeiro. *Cadernos de Arte e Antropologia*, vol. 6, n. 2: 65-79. 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade*: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. (L. B. L. Orlandi, Trad.). São Paulo: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Cursos sobre Spinoza* (Vincennes, 1978-1981) (Coleção Argenteum Nostrum). (E. A. R. Fragoso, F. E. B. Castro, H. R. Cardoso Júnior, J. A. A., Trans.). Fortaleza: EdUECE, 2009.
- DIONÍSIO ARTE. Os Personagens de Iskor. *Dionísio Arte*. 20016. www.dionisioarte.com.br/os-personagens-de-iskor, acessado em 20 de março de 2019.
- ESPINOSA, Baruch. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- FLAMINGO, Júlia; QUINTELLA, Sérgio. Os planos de Doria para a polêmica dos grafites na cidade. *Veja*. São Paulo. Cidades. 2017. vejasp.abril.com.br/cidades/planos-grafite-doria, acessado em 12 de fevereiro de 2019.
- FÓRUM. Grafites apagados por Doria reaparecem na 23 de Maio, em São Paulo. *Fórum*, 2017. revistaforum.com.br/noticias/grafites-apagados-por-doria-reaparecem-na-23-de-maio-em-sao-paulo, acessado em 5 de fevereiro de 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, José Augusto Guilhaon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, Janaina Rocha; ZANELLA, Andréa Vieira. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, vol. 9, n. 4: 1279-1302. 2009.
- G1.GLOBO. Grafites em muros de avenida de São Paulo são pintados de cinza. *G1.Globo*. 20017. g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/grafites-em-muros-de-avenida-de-sao-paulo-sao-pintados-de-cinza.html, acessado em 3 de março de 20019.
- GONÇALVES, Gabriela. Sem incluir 23 de Maio, Doria promete inaugurar 'museu do grafite' em junho. *GISão Paulo*. 20017. g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-museus-a-ceu-aberto-com-grafites-serao-inaugurados-em-junho.ghtml, acessado em 20 de março de 2019.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose*: um novo paradigma estético. (A. L. Oliveira, L. C. Leão, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, Felix. Micropolítica do fascismo. *Cadernos de Subjetividade*, vol. 1, n. 1: 173-190. Núcleo de estudos e pesquisas da subjetividade do Programa de estudos pós-graduados em psicologia clínica da PUC-SP, São Paulo. 1993.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo (4a ed.). Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude*, vol. 7, n. 13: 194-210. 2016.

- INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. Maioria condena remoção de grafites da avenida 23 de Maio. Datafolha. Opinião Pública. 2017. datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/02/1858287-maioria-condena-remocao-de-grafites-da-avenida-23-de-maio.shtml, acessado em 17 de fevereiro de 2019.
- JORNAL FUTURA. Intervenções Artísticas Urbanas - O que são? 2014. www.youtube.com/watch?v=WcPDyajKnok, acessado em 13 de fevereiro de 2019.
- KIST, Cristine; TANJI, Thiago. Políticas higienistas nas cidades podem apenas esconder problemas. *Galileu*. 2017. Recuperado de: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>
- MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito. Subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, vol. 8, n. 2: 110-117. 2009.
- MANSANO, Sonia Regina Vargas; CARVALHO, Paulo Roberto. Psicologia, Filosofia e meio ambiente: delineando o conceito de sustentabilidade afetiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 16, n. 3, p. 696-714, 2016.
- MANSANO, Sonia Regina Vargas; LIMA, Alexandre Bonetti. “É melhor viver do que ser feliz”: felicidade, idealização e consumo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 193, p. 78 – 91, 2017.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- MORAES, Alexandre Vogler de. Intervenções artísticas urbanas - O que são? [Arquivo de vídeo]. 2014. www.youtube.com/watch?v=WcPDyajKnok, acessado em 16 de fevereiro de 2019.
- O GLOBO. Doria apaga grafites em avenida e cria polêmica em SP. 2017. oglobo.globo.com/brasil/doria-apaga-grafites-em-avenida-cria-polemica-em-sp-20815081, acessado em 3 de março de 2019.
- PELBART, Peter Pál. *Necropolítica tropical: fragmentos de um pesadelo em curso*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- PINHO, Márcio. Em 6 meses, Cidade Linda de Doria foca em bairros centrais e vê problemas voltarem. G1 Globo. 2017. São Paulo. g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-6-meses-cidade-linda-de-doria-foca-em-bairros-centrais-e-ve-problemas-voltarem.ghtml, acessado em 12 de fevereiro de 2019.
- PROSSER, Elizabeth Seraphim. Intervenção urbana: vandalismo ou arte? *I Colóquio Nacional do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações*. (Curitiba, 16 e 17 de novembro de 2006). Curitiba: UFPR, 2006.
- ROLNIK, Suely. *Entrevista com Suely Rolnik - A hora da micropolítica*. Revista on line Contemporary and América Latina (C&AL). Goethe-Institute e Instituto de Relações Internacionais. 2016.
- ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- SAFLATE, Vladimir. *Um dia, esta luta iria ocorrer*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

- SANTANA, Benedito Cardoso de. Um olhar sobre as intervenções na urbe. *18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais* – 21 a 26/09/2009 - Salvador, Bahia. 2009.
- SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. Prefeitura institui o programa “São Paulo Cidade Linda”. 2017. www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=227880, acessado em 10 de fevereiro de 2019.
- SILVA CARDOSO, Arlindo da; SILVA, Daniel Cavalcante da; SOUZA BARBOSA, Eliza Magna de; RAMOS, Lucas Cardoso. Intervenções Urbanas. *EXTIFAL*, vol. 1, n. 1. 2013.
- SODRÉ, Ana Maria Rolim; WEBER, Lílian. A arte urbana e seus efeitos nos processos de subjetivação: uma revisão bibliográfica no campo da psicologia. *Revista Subjetividades*, vol. 17, n. 2: 66-75. 2017.
- STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- VEJA. Sob Doria, grafites são apagados por tinta cinza em avenida de SP. *Veja*. Brasil, Política. 2017. veja.abril.com.br/politica/sob-doria-grafites-sao-apagados-por-tinta-cinza-em-avenida-de-sp/, acessado em 18 de fevereiro de 2019.

Mônica Tablas Martinez de Figueiredo
Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico da Faculdade da Alta
Paulista de Tupã/SP.
E-mail: motablas@hotmail.com

Sonia Regina Vargas Mansano
Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP.
Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia
Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Bolsista Produtividade CNPq – N2.
E-mail: mansano@uel.br